

“No caminho para a estabilização”

Eis a seguir a íntegra do pronunciamento feito pelo presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, no seminário Brasil 95 realizado ontem em Nova York:

“As eleições recentes que aconteceram no Brasil representaram um ponto de virada na história do país. O povo escolheu seus representantes por meio de sufrágio direto, o maior de todos os instrumentos democráticos.

A escolha foi definida de uma forma clara e inequívoca, sem a necessidade de segundo turno, na verdade uma boa medida da confiança da sociedade nas idéias e programa político do futuro presidente.

O homem que vai comandar a nação é o mesmo que chefiava o Ministério da Fazenda, quando do lançamento do programa de estabilização.

Portanto, existem muitas razões para se acreditar que o novo governo está trabalhando com objetivos claros, um programa realístico com o sentido de conseguir suporte nacional para aumentar as chances de se resolver as necessidades do país.

O futuro presidente deixou claro que está determinado a usar de competência e compromisso político no gerenciamento da administração brasileira. Um governo sincronizado com as necessidades da população e o propósito de conseguir desenvolvimento sustentado.

Eu devo ainda adicionar que o presidente Itamar Franco, que conseguiu superar alguns dos mais difíceis desafios, incluindo o gerenciamento do plano de estabilização econômica do Brasil, tem também contribuído grandemente no sentido de criar condições favoráveis, de forma a se alcançar as metas do novo governo.

No Brasil de hoje, existe forte compreensão de que o entendimento será a chave para se conseguir suporte para resolver os problemas mais importantes da nação, através de reforma constitucional.

Há um lado positivo ao fato de que o Brasil é um dos maiores, últimos países da América Latina a implementar um programa de estabilização da economia.

Se por um lado houve um atraso, houve também um longo processo de amadurecimento, que tem sido solidificado de forma dura, pela verdadeira democracia do país. Os problemas foram largamente discutidos em todos os níveis da sociedade, e as negociações têm sido feitas abertamente, sem segredos e surpresas.

Isto resultou em uma estabilização econômica que é, ao mesmo tempo madura, consistente e totalmente viável.

Este plano coloca o controle sobre os custos públicos com a base para o desenvolvimento econômico e social; considera a luta contra a inflação a condição básica para sustentar o crescimento da produtividade e emprego; entende que a reforma fiscal é uma peça fundamental do processo de estabilização.

O Brasil conseguiu controlar a inflação e estabilizar a economia. Mas isto não é tudo.

De um lado, é necessário dar **continuidade ao processo e implementar ajustes**, para se poder manter a estabilidade.

Por outro lado, temoms que tirar vantagem da estabilidade, procurando soluções duradouras para os problemas estruturais do país – enquanto que o equilíbrio macroeconômico não é um fim em si, mas sim, uma condição para se colocar o Brasil de volta à estrada do desenvolvimento.

Isto envolve um grande esforço, porque o país terá que fazer investimentos massivos de forma a recuperar crescimento estável, após alcançar a estabilidade econômica.

Se no passado a infra-estrutura brasileira foi essencialmente formada de fundos do orçamento governamental, esta fonte se tornou agora inviável. Não é mais possível a emissão de moeda, porque a sociedade não quer o retorno da inflação.

Alguns mecanismos novos precisam ser ativados para que se possa criar novas fontes de financiamento. Mas quaisquer que sejam eles, está bem claro que o país terá que contar com fundos estrangeiros, especialmente para investimentos produtivos, projetos de infra-estrutura e financiamentos de médio e longo prazos.

Existem indicações de que se a economia continuar a crescer de 5% a 6% ao ano, nos próximos cinco anos, o nível de investimento deve aumentar do cálculo atual de 16% do GNP para algo em torno de 21% a 22% do GNP, níveis similares ao início dos anos 80.

Importante, portanto, termos fundos estrangeiros para o crescimento do Brasil. Apenas alguns dias atrás, durante um discurso em uma reunião com investidores, patrocinada pelo Banco do Brasil, no Japão, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso mencionou a necessidade de tornar a legislação brasileira mais flexível, de modo que possamos realmente atrair capital que impulsionará o crescimento do Brasil.

O processo progressivo de abertura da economia brasileira, com a redução de taxas na importação, solução do problema da dívida externa, e o bem-sucedido aval estrangeiro são todos sinais seguros de que o Brasil se tornou um parceiro confiável.

A estabilidade política, às vezes questionada em análises de risco até pouco tempo, não é mais problema, dado os resultados das eleições e a capacidade de articulação política do presidente eleito.

O novo Brasil que está sendo formado se concentra no futuro. Está comprometido com o modelo de desenvolvimento que inclui participação ativa na comunidade internacional, um modelo que inclui abertura internacional.

Sem dúvida alguma, a abertura do comércio e internacionalização progressiva do capital, da informação e da tecnologia são indispensáveis para que o Brasil jogue no time internacional.

Também sabemos que esse progresso pressupõe parcerias eficazes, acordos multilaterais, busca de objetivos estratégicos e aproveitamento de oportunidades em todas as frentes externas.

O projeto do Mercosul é um exemplo claro dessa postura. O “Tratado de Assunção”, assinado pelos chefes de Estado da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, no dia 26 de março de 1991, formalizou a fundação do mercado comum do Cone Sul, que entrará em vigor dentro de poucos dias, em 1º de janeiro, através da adoção de uma tarifa comum.

A população total desses quatro países é de 194 milhões de pessoas, com um Produto Nacional Bruto de aproximadamente meio trilhão de dólares e uma área geográfica de 11,8 milhões de quilômetros quadrados.

Além de promover a integração dos mercados desses quatro países, o Mercosul vai fortalecer a região como um bloco, aumentando seu poder de barganha junto a terceiros, na medida em que a região como um todo obter vantagens comuns.



Alcir Calliari

Assim, estamos certos de que o Brasil tem todas as condições de integrar-se competitivamente ao mercado internacional. A instauração pacífica da democracia foi um dos principais passos para conseguir isso, que pode resultar numa presença maior e numa posição mais efetiva do País nas organizações internacionais.

Outro passo essencial envolve a educação – existe uma forte convicção de que a educação é necessária não apenas como um meio de exercício da cidadania, mas também para a promoção do desenvolvimento econômico.

Precisamos priorizar o crescimento, mas temos também que nos adaptarmos ao desenvolvimento tecnológico e à necessidade de mudar o perfil educacional da mão-de-obra. Por um lado, a disseminação da microeletrônica e a sofisticação dos equipamentos atuais exigem operadores com níveis de instrução mais elevados. Além disso, as novas tecnologias de gerenciamento também aumentaram a demanda por pessoal bem qualificado.

O Brasil quer aumentar a produtividade e a competitividade. E ele sabe que precisa fazer isso segundo um modelo de crescimento que enfatize o investimento em recursos humanos, educação e qualificação da força de trabalho.

A forte vocação para o crescimento tornou o Brasil cenário de verdadeiros paradoxos.

Tivemos crescimento econômico durante um período de inflação, que afligiu o país por muito tempo. Agora, temos um setor privado eficiente, moderno e competitivo, apesar da recessão, da escassez de recursos de investimento e da precária distribuição de renda.

Existe um grande número de companhias com baixo endividamento que estão preparadas para um novo ciclo de crescimento. Em pesquisas recentes, detectou-se que 80% das companhias registraram aumentos de suas vendas em 1993.

Durante esse mesmo ano, os balanços patrimoniais das companhias brasileiras mostraram que 20% delas tiveram prejuízos – um número aceitável, visto que, nos Estados Unidos, 19% das companhias tiveram prejuízos em 1992, segundo a revista Fortune.

A **produção industrial brasileira é** dinâmica e diversificada, capaz, mesmo com o fortalecimento de nossa moeda, de continuar gerando balanços comerciais positivos. Cerca de 60% das exportações são de produtos manufaturados.

Apesar dos anos de crise, o nível do gerenciamento do setor industrial brasileiro é considerado muito bom, mesmo pelos analistas estrangeiros. Hoje, o Brasil é um dos países com a maior expansão do número de certificados de qualidade total ISO 9000 concedidos. Mais de quatrocentas companhias já obtiveram esse certificado.

Nos países em desenvolvimento, não há registro de uma estrutura corporativa com um crescimento tão rápido da qualificação profissional e da capacidade competitiva.

A participação do setor público na economia não é tão grande quanto se imagina. Na verdade, o setor público controlou uma grande percentagem do valor líquido total das companhias brasileiras, geralmente devido à sua forte presença em setores capital-intensivos (petróleo, mineração, aço e energia elétrica).

Estudos recentes mostram que o setor público detém atualmente uma pequena porcentagem da produção industrial (algo em torno de 6%). Com a privatização total do setor siderúrgico, o governo controla apenas quatro (serviços públicos, mineração, produtos químicos e petroquímicos) dos 32 setores do Brasil.

Outros aspectos, na mesma medida importantes, dignos de menção:

- Grande capacidade de produção agrícola;
- Abundância de mão-de-obra e de recursos naturais;
- Boa geração de energia elétrica e de baixo custos;
- Um dos dez maiores PNB do mundo; e
- Ampla comércio exterior

Entre as economias em desenvolvimento, o Brasil é um dos países dotados dos dados macroeconômicos mais saudáveis. Durante os dez primeiros meses deste ano, as exportações do País atingiram US\$ 36 bilhões e as importações somaram US\$ 24 bilhões.

As reservas internacionais superaram os US\$ 40 bilhões e o coeficiente de endividamento público sobre o PNB continua a se manter baixo. O crescimento da economia neste ano deve ficar entre 4% e 5%, e há indícios de que o desemprego esteja decrescendo.

Estamos em condições favoráveis para superar nosso mais urgente problema interno, a necessidade de gerar empregos. É evidente que isso depende de vários fatores, mas o principal fator é o custo de criação de um novo emprego no mercado.

Nos países industrializados, o custo estimado de um emprego é de US\$ 100 mil, enquanto no Brasil, esse custo é de apenas US\$ 30 mil, o que implica grande facilidade de expandir os níveis de emprego e, consequentemente, o mercado consumidor interno.

Finalmente, eu gostaria de falar rapidamente sobre o papel que o Banco do Brasil desempenha no País e no exterior.

O Banco do Brasil está afinado com as mudanças do mercado mundial, e, em decorrência, vem se tornando mais flexível, estruturalmente, para melhorar seu perfil como instituição financeira multinacional, ajudando o Brasil a ingressar na era da economia mundial.

Devido à ampla gama de atividades e serviços oferecidos no País, o banco vem expandindo sua presença no mercado internacional.

Nos Estados Unidos, temos atualmente uma filial, três agência e dois escritórios, um dos quais, o de Chicago, está para ser transformado numa filial federal.

Na Europa, criamos duas subsidiárias, a BB-Europe e a BB-Securities. Além disso, reestruturamos nossa rede da filial européia, fizemos alianças com parceiros do Mercosul e